

# JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

## CONSULTA PRÉVIA

### FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES DA FREGUESIA DE ALVALADE – PROCESSO N.º 51/CPR/JFA/2023

#### I - CONVITE

Exmos. Senhores,

Na sequência da deliberação da Junta de Freguesia de Alvalade, de 28 de setembro de 2023, que tomou a decisão de contratar, nos termos e para os efeitos da alínea c) do artigo 20.º, do n.º 1 do artigo 112.º e do n.º 1 do artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), a “Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações da Freguesia de Alvalade” - Processo n.º 51/CPR/JFA/2023, venho pelo presente convidar V. Exas a apresentar proposta com vista à celebração de contrato de Fornecimento de Energia Elétrica com a Freguesia de Alvalade.

Mais informo V. Exas do seguinte:

#### 1. ENTIDADE ADJUDICANTE

1.1. A Entidade Pública Adjudicante é a Freguesia de Alvalade, com sede na Rua Conde Arnoso n.º 5-B, 1700-112, Lisboa, com o telefone n.º 218 428 370, e com o correio eletrónico [geral@jf-alvalade.pt](mailto:geral@jf-alvalade.pt).

1.2. Todas as comunicações relativas ao presente procedimento devem ser efetuadas por escrito, através de carta enviada para a sede da Entidade Pública Adjudicante ou para o correio eletrónico [contratacao.publica@jf-alvalade.pt](mailto:contratacao.publica@jf-alvalade.pt).

#### 2. ÓRGÃO COMPETENTE

Nos termos consignados no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, o procedimento iniciou-se com a decisão de contratar, a qual, foi autorizada pelo Órgão Executivo da Freguesia de Alvalade, por via da deliberação tomada, em reunião de 28 de setembro de 2023 pela qual se aprovou, as presentes peças procedimentais e delegou competências no Presidente.

#### 3. FUNDAMENTO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento de consulta prévia tem enquadramento legal no âmbito da alínea c) do artigo 20.º do CCP.

# **JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE**

## **4. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

O presente procedimento tem por objeto a celebração do contrato de fornecimento designado por “Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações da Freguesia de Alvalade” - Processo n.º 51/CPR/JFA/2023, de acordo com o especificado no Caderno de Encargos.

## **5. PREÇO-BASE**

O preço base do procedimento é de €67.962,85 (sessenta e sete mil novecentos e sessenta e dois euros e oitenta e cinco cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

## **6. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente através de correio eletrónico ou através de carta, para os contactos identificados no n.º 1 do presente convite, devendo as propostas ser apresentadas até às 23h59m do 9.º dia após a data do envio do presente convite.

## **7. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

7.1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

7.2. A proposta considerada economicamente mais vantajosa será aquela que apresentar o preço mais baixo.

7.3. Em caso de empate, o respetivo desempate é feito por sorteio, a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.

7.4. No seguimento do descrito no número anterior, o Júri convocará os concorrentes com 2 (dois) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio.

7.5. As propostas não serão objeto de negociação.

7.6. Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

## **8. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

8.1. Os esclarecimentos à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais são da competência da Junta de freguesia de Alvalade (doravante designada por JFA) que as delegou no Júri do Procedimento, devendo ser solicitados pelos concorrentes, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE**

8.2. No mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

8.3. Os esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento, bem como os respetivos erros e omissões, ficam sujeitos ao disposto no artigo 50.º CCP.

### **9. PROPOSTA**

9.1. A proposta obedece aos seguintes requisitos:

- a) Deve ser elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente convite, no âmbito do qual a entidade convidada a apresentar proposta, manifesta a vontade de contratar, indicando as condições em que se dispõe fazê-lo;
- b) Deve ser redigida em língua portuguesa e indicar o preço total da proposta em euros, expresso por algarismos e por extenso, referindo expressamente que àquele valor acresce o IVA à taxa legal aplicável;
- c) Deve ser assinada pela pessoa ou pessoas com poderes para obrigar o concorrente.

### **10. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

10.1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Minuta da proposta conforme o Anexo II do presente convite;
- b) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao mesmo diploma legal, correspondente ao Anexo I do presente convite, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos definidos;
- c) Procuração ou outros documentos que concedam poderes para representar o concorrente, quando aplicável;
- d) Certidão permanente do registo comercial do concorrente ou respetivo código de acesso;
- e) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do CCP.

### **11. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS**

## **JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE**

11.1. A JFA pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos de análise e da avaliação das mesmas.

11.2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos ou visem suprir omissões que determinem a sua exclusão.

11.3. Os esclarecimentos referidos no número anterior podem ser disponibilizados em correio eletrónico utilizado pela JFA, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.

### **12. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**

O prazo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta é de sessenta e seis (66) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **13. AUDIÊNCIA PRÉVIA**

13.1. O júri do procedimento elabora fundamentadamente um relatório preliminar sobre as propostas, nos termos do disposto no artigo 122.º do CCP, propõe a ordenação das propostas, sujeitando-o a audiência prévia dos concorrentes, pelo prazo de 3 (três) dias úteis.

13.2. Cumprido o disposto no número anterior, será elaborado um relatório final fundamentado.

13.3. Cumpridos os requisitos vertidos no artigo 123.º do CCP, o júri envia o relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o procedimento, à JFA, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 124.º do CCP.

### **14. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO**

14.1. A decisão de adjudicação é notificada ao adjudicatário nos termos do CCP.

14.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário será notificado para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Ponto 15 do presente convite;
- b) Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

### **15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

15.1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

## **JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE**

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos e Anexo III do presente convite;
  - d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, do concorrente e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
  - e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
  - f) O adjudicatário deve ainda apresentar documento comprovativo da qualidade de comercializador de energia elétrica, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/2006, de 15 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, com a seguinte designação “Documento comprovativo da qualidade de Comercializador”.
- 15.3. O prazo a conceder pela JFA para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos no disposto no artigo 86.º do CCP, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação.

### **16. DISPENSA DE CAUÇÃO**

Nos termos do n.º 2 do artigo 88º do CCP, não é exigida caução.

### **17. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

17.1. A minuta do contrato a celebrar, é notificada ao adjudicatário, com a decisão de adjudicação.

17.2. A JFA de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP.

17.3. Após a aprovação, a JFA notifica-a ao adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 100º do CCP.

17.4. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

### **18. GESTOR DO CONTRATO**

## **JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE**

A Entidade Adjudicante, nos termos e para os efeitos do artigo 290.º - A do CCP, designa como gestor do contrato o Chefe da Divisão de Espaço Público e Equipamentos, Eng. João Santos, da Junta de Freguesia de Alvalade.

### **19. OUTORGA DO CONTRATO**

O contrato resultante do procedimento será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel.

### **20. DESPESAS E ENCARGOS**

Constituem encargos dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das propostas, bem como à celebração do contrato.

### **21. CONTAGEM DE PRAZOS**

Os prazos de formação do contrato são contados nos termos do artigo 470.º do CCP.

### **21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o que não se encontra especialmente regulado no presente Convite, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, e demais legislação aplicável.

Lisboa, 29 de setembro de 2023.

O Presidente,

# JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 — \_\_\_\_\_ (nome completo), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “\_\_\_\_\_” (designação do procedimento), declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido CONTRATO em conformidade com o conteúdo do mencionado CADERNO DE ENCARGOS, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Não aplicável;
- b) Não Aplicável.

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido CONTRATO, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a ENTIDADE ADJUDICANTE o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da

## **JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE**

sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

\_\_\_\_\_(Local), \_\_\_\_\_ (data), \_\_\_\_\_ (assinatura manuscrita ou digital)

# JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

## ANEXO II

### MINUTA DE PROPOSTA

(a que se refere a alínea b) do ponto 6. do Convite)

..... (indicar: nome, estado civil, profissão e morada ou firma e sede), representado(a) pelo seu (gerente /administrador/ procurador) \_\_\_\_\_ (nome, estado civil, naturalidade e morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do objeto do procedimento pré-contratual por Consulta Prévia para o “\_\_\_\_\_” (designação do procedimento), obriga-se a executar o objeto do procedimento, em conformidade com os termos e condições previstos no Caderno de Encargos e demais elementos do procedimento, nas seguintes condições:

#### A – Baixa Tensão Especial (BTE)

Ciclo horário: Diário

A – Baixa Tensão Especial (BTE)				
Período	Horas	Preço energia ativa (€/kWh)	Preço energia reativa (€/kvarh)	
			Fornecida	Recebida
Períodos I e IV	Horas de Ponta			
	Horas Cheias			
	Horas Vazio Normal			
	Horas Super Vazio			
Períodos II e III	Horas de Ponta			
	Horas Cheias			
	Horas Vazio Normal			
	Horas Super Vazio			

Nota: os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

## JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

### B – Baixa Tensão Especial (BTE)

Ciclo horário: Semanal sem feriados

B – Baixa Tensão Especial (BTE)				
Período	Horas	Preço energia ativa (€/kWh)	Preço energia reativa (€/kvarh)	
			Fornecida	Recebida
Períodos I e IV	Horas de Ponta			
	Horas Cheias			
	Horas Vazio Normal			
	Horas Super Vazio			
Períodos II e III	Horas de Ponta			
	Horas Cheias			
	Horas Vazio Normal			
	Horas Super Vazio			

Nota: os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

### C – Baixa Tensão Normal (BTN)

Ciclo horário: Diário

C – Baixa Tensão Especial (BTE)		
Período	Horas	Preço energia ativa (€/kWh)
Períodos I e IV	Horas de Ponta	
	Horas Cheias	
	Horas Vazio Normal	
Períodos II e III	Horas de Ponta	
	Horas Cheias	
	Horas Vazio Normal	

Nota: os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

## JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

### D – Baixa Tensão Normal (BTN)

Ciclo horário: Semanal sem feriados

D – Baixa Tensão Normal (BTN)		
Período	Horas	Preço energia ativa (€/kWh)
Períodos I e IV	Horas de Ponta	
	Horas Cheias	
	Horas Vazio Normal	
Períodos II e III	Horas de Ponta	
	Horas Cheias	
	Horas Vazio Normal	

Nota: os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

### E – Baixa Tensão Normal (BTN)

Ciclo horário: Sem ciclo

E – Baixa Tensão Normal (BTN)		
Período		Preço energia ativa (€/kWh)
Períodos I e IV	Simplex	
Períodos II e III	Simplex	

Nota: os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

## JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

**Preço total para o consumo estimado para 5 meses:**

Consumo estimado energia ativa (kwh)	Energia ativa (1)	Acesso Rede (2)	CAV (3)	ICE (4)	DGEG (5)	Total (1+2+3+4+5)
	€	€	€	€	€	_____ € ____ (por extenso)

Às quantias supra acresce o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura,

(assinatura manuscrita ou digital)

# JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

## ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1 — \_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada), adjudicatário(a) no procedimento de \_\_\_\_\_ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(Local), (data), (assinatura manuscrita ou digital)